



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MACEDO DE CAVALEIROS

ACTA N.º 3/2010

-----SESSÃO ORDINARIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VINTE E OITO DE JUNHO DE DOIS MIL E DEZ, REALIZADA NO AUDITÓRIO DO CENTRO CULTURAL DE MACEDO DE CAVALEIROS-----

-----PRESIDENTE – ADÃO JOSÉ FONSECA SILVA-----

-----1º SECRETÁRIO – ANTONIO DOS SANTOS PIRES AFONSO-----

-----2º SECRETÁRIO – CÂNDIDA DA ENCARNAÇÃO BAIXINHO-----

-----Eram vinte e uma horas quando o Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal, após verificar a existência de quórum, declarou aberta a reunião, dando de imediato conhecimento do pedido de substituição dos Srs. António Afonso Salgado Ruano, Maria Helena Rodrigues Magalhães, António Mário Pegado Lemos de Mendonça, Pedro Fernando Reis Mascarenhas, Ana Rita Simão Rodrigues, Carlos Alberto Souto Pedro que foram substituídos pelos Srs. Telma de Fátima Atalão Roma, José Manuel Carvalho Neto, Henrique Manuel Vaz Afonso, Helena Isabel Pires Seabra, Carlos Alberto Souto Pedro, que faltou à reunião tendo sido substituído pelo Sr. Leonel Augusto Morais Pires.-----

-----O Presidente da Junta de Freguesia de Peredo, pela impossibilidade de estar presente na sessão desta Assembleia Municipal, fez-se substituir pela Sr.ª Deolinda da Conceição Ferreira Morais.-----

-----O Presidente da Junta de Freguesia de Grijó, Sr. Simão Augusto Ventura Ferreirinha faltou a esta reunião por motivo justificado.-----

-----Verificada a lista das presenças, dela constavam 67 Deputados Municipais e faltavam 10, sendo os ausentes: Artur do Nascimento Vasco Parreira, Manuel António Mendes Vieira, Simão Augusto Ventura Ferreirinha, Mário Filipe Borges Teles, Gualter do Nascimento Mesquita, António Sérgio da Silva Botelho, José Manuel Carvalho Neto, Isabel Maria Vaz Mesquita da Costa, Manuel Luís Gomes Vaz e António Carlos Manso Gonçalo.-----

-----O Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu, ainda, conhecimento de toda a correspondência recebida até esta data na Assembleia Municipal, colocando-a à disposição de quem a pretendesse consultar.-----

-----Seguidamente, informou que quem pretendesse usar da palavra, relativamente à acta da sessão ordinária do dia 30 de Abril de 2010, podê-lo-ia fazer.-----

-----Não havendo quem pretendesse usar da palavra, foi a acta posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade dos membros eleitos presentes.-----

-----PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA-----

----- (Artigo 86º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 Janeiro)-----

-----Abertas as inscrições, usaram da palavra:-----

-----**JOSÉ ANTÓNIO DA SILVA MADALENA (PSD)** – Relativamente ao Clube Atlético de Macedo de Cavaleiros, referiu que têm assistido ao longo dos últimos anos a uma aposta muito forte quer na construção das estruturas desportivas, quer na implementação da prática desportiva, desde as camadas mais jovens nas diversas modalidades. Neste momento Macedo tem um Estádio Municipal de que se pode orgulhar com excelentes balneários e pistas de atletismo. Recentemente aí se realizou o corta mato escolar, e possivelmente continuará a realizar-se nos próximos anos, devido às excelentes condições que ali tem. Nesta sequência o Clube Atlético de Macedo de Cavaleiros em mais de 50 anos da sua história, atingiu a melhor classificação de sempre, vencendo a sua Série na Terceira Divisão e com todo o mérito ascendeu à Segunda Divisão. Aqui deixo os parabéns aos seus dirigentes, atletas e treinador, assim como à Câmara Municipal por todo o apoio que tem prestado a esta Instituição, tão representativa do Concelho.-----

-----Assim, deixou o Voto de Congratulação que a seguir se transcreve: “ *Como é do conhecimento público, o Clube Atlético de Macedo de Cavaleiros, sagrou-se Campeão Nacional, da Série A, da 3.ª Divisão, na época desportiva de 2009/2010. Desde a sua fundação em 1954 é a primeira vez que o Clube atinge este patamar através de uma época desportiva que liderou quase do princípio. A importância que o futebol tem na sociedade portuguesa levamos a concluir que estamos perante um feito que merece ser destacado. Convictos da disponibilidade temporal dos seus abnegados dirigentes parece-nos justo, também, realçar todo o investimento que a Autarquia tem aplicado no Estádio Municipal dotando-o de condições ímpares na região, bem como o apoio financeiro atribuído. A Assembleia Municipal de Macedo de Cavaleiros, reunida em Sessão ordinária no dia 28 de Junho de 2010, aprova um Voto de Congratulação a apresentar ao Clube Atlético de Macedo de Cavaleiros, aos seus Corpos Sociais e fundamentalmente ao seu Treinador, nosso conterrâneo, e a todos os Jogadores que integraram o Plantel, pelo reconhecimento público e nacional do seu mérito desportivo.*”-----

-----Referiu-se também ao novo Lar da Santa Casa da Misericórdia que está a ser construído no Lombo, dizendo que é uma obra notável, feita segundo os padrões mais exigentes e modernos no que concerne à construção de lares de idosos, sendo um motivo de orgulho para todos. A Santa Casa da Misericórdia tem tido uma colaboração muito activa com a Câmara Municipal através de diversas parcerias. No que concerne ao Lar do Lombo, é um investimento para cima de dois milhões de euros e é de facto uma obra com muito bom gosto e cuidada ao pormenor. Há que realçar que teve o apoio decisivo da parte da Fundação Félix Chomé, com Sede no Luxemburgo, que a financiou em dois milhões de euros, o que permitiu de forma decisiva para que ela pudesse avançar. É um motivo de orgulho construir um Lar naquela zona do concelho, criando 55 lugares para utentes, mais 40 de apoio domiciliário e ainda mais 30 postos de trabalho, quando estiver em pleno funcionamento. Em seu entender é grande motivo de regozijo e há que salientar estes aspectos positivos e esta capacidade de empreendedorismo no concelho.-----

-----Disse que há duas Assembleias atrás, tinha referido o facto de andarem a fazer obras num perigoso cruzamento do IP4, achando que o cruzamento para a Albufeira do Azibo



merecia também uma intervenção. O que é certo é que já se nota sinalização vertical bem evidente, minorando assim o perigo e fazendo com que as pessoas se apercebam que é uma zona de perigo efectivo.-----

-----Relativamente à polémica que se tem gerado quanto às linhas de alta tensão construídas pela REN, pediu ao Sr. Presidente da Câmara que prestasse um esclarecimento à Assembleia Municipal sobre o assunto.-----

-----**ARMANDO AUGUSTO MENDES (PS)** – Lamenta o facto de a Câmara Municipal ter tido uma actividade exígua durante estes meses. É o que podem concluir, depois de consultada a agenda que lhe propõe para discussão, nesta sessão da Assembleia Municipal. Passados dois meses da última Assembleia Municipal podem constatar que a actividade que se propõem discutir neste Órgão é muito reduzida, limitada a dois pontos. Isto deixa-os preocupados e por isso pergunta ao Sr. Presidente da Câmara se não deveria ter mais dinâmica, mais atitude e preocupar-se com a necessidade de trazer à discussão coisas novas, que nos enriquecessem.-----

-----**ROGÉRIO PAULO ESTEVES MARTINS (B.E.)** – Apresentou a Moção que a seguir se transcreve: “ *Em defesa do serviço público de correios: Considerando que: - O mal chamado PEC (Plano de Estabilidade e Crescimento) apresentado pelo Governo Português em Bruxelas contempla a privatização de diversos sectores e empresas públicas, entre as quais os CTT que em 2009 renderam ao Estado cerca de 46,5 milhões de euros em dividendos, segundo dados da revista “Visão” de 31/03; - O sector dos correios sempre foi público mesmo nos regimes mais conservadores, pois essa é a única forma de garantir homogeneidade das comunicações postais no conjunto do território nacional e a igualdade de acesso às mesmas em regiões afastadas dos grandes centros, como é o caso de Trás-os-Montes; - A submissão estratégica dum sector vital para o desenvolvimento regional equilibrado e sustentável a objectivos de lucro rápido e imediato traduzir-se-á inevitavelmente pelo fecho de estações de correio, agravando uma tendência que já se vinha a verificar nos últimos anos; - O encerramento da estação de correio, a juntar à da escola, do posto médico, etc., pode significar o golpe final da desertificação de muitas aldeias de Trás-os-Montes e provocaria, de imediato, graves danos à população já que, por exemplo, a larga maioria da população idosa recebe as magras reformas pelo correio e usa os CTT como o seu único banco. A Assembleia Municipal de Macedo de Cavaleiros, reunida em sessão ordinária a 28 de Junho de 2010: 1- Manifesta a oposição frontal às medidas gravosas constantes do PEC, em especial à ameaça de privatização dos CTT. 2- Como Órgão Deliberativo do Município, decide propor aos trabalhadores dos CTT e aos seus órgãos representativos a realização de uma campanha de esclarecimento da população sobre os perigos da privatização dos correios. 3- Caso seja aprovada, esta Moção deve ser enviada à Presidência da República, Ministérios da Economia, do Trabalho e da Solidariedade Social, Governo Civil de Bragança, Presidente da Assembleia da República e Grupos Parlamentares, Sindicato dos Trabalhadores dos CTT, Administração dos CTT, Comunicação Social Nacional e Regional.*-----”

-----Chamou também à atenção da Câmara para o facto de a Via Sul continuar sem Ecoponto.-----

-----**MARIA IDÁLIA FERREIRA CORREIA MATEUS (CDU)** – Fez a intervenção que a seguir se transcreve: “ A morte de José Saramago constituiu uma perda irreparável para Portugal, para o povo português, para a cultura portuguesa. A dimensão intelectual, artística, humana, cívica, de José Saramago fazem dele uma figura maior da nossa História. A sua vasta, notável e singular obra literária – reconhecida com a atribuição, em 1998, do Prémio Nobel da Literatura - ficará como marca impressiva na História da Literatura Portuguesa, da qual ele é um dos nomes mais relevantes. Construtor de Abril, enquanto interveniente activo na resistência ao fascismo, ele deu continuidade a essa intervenção no período posterior ao Dia da Liberdade como protagonista da profunda transformação política e cultural verificada no nosso País, com a construção de uma democracia que tem como referência primeira a defesa dos trabalhadores, do povo e do País. Morreu o escritor. A sua vasta e singular obra literária deu à língua portuguesa e a todos os povos que a falam um prémio Nobel, com tudo o que ele significou de reconhecimento internacional. A sua obra e os seus principais dispositivos narrativos são marcas impressionantes do seu compromisso ético e político para com os explorados e oprimidos. Podia ter sido só um escritor maior da literatura portuguesa. Foi mais do que isso. Foi um homem que acreditou nos homens, mesmo quando os questionava, deu expressão concreta à afirmação de Bento de Jesus Caraça da aquisição da cultura como factor de conquista da liberdade. É por tudo isto, que proponho a esta Assembleia Municipal 1 minuto de silêncio em sua homenagem.”-----

-----Abertas as inscrições, para discussão da moção, usaram da palavra:-----

-----**JOSÉ MARIA PEIXOTO COUTINHO (PSD)** – Quanto à figura de José Saramago, Prémio Nobel e Escritor, o PSD presta a sua homenagem e guardará um minuto de silêncio. Quanto à pessoa de José Saramago, todos os elogios de bandeira do PC (Partido Comunista), são apenas destes e não do PSD. Um homem cujos escritos incendiários de raiva e ódio que todos conhecem, um homem que nunca foi capaz de reconhecer publicamente os crimes do Estalinismo, um homem que pela sua temática ofendeu milhares de crentes portugueses, não merece a nossa homenagem. Quanto ao Escritor, o Prémio Nobel, vão guardar o minuto de silêncio.-----

-----**ARMANDO AUGUSTO MENDES (PS)** – Disse que o Partido Socialista subscreve a proposta do minuto de silêncio, pela perda do Escritor José Saramago.-----

-----**JOSÉ FERNANDO LOPES (CDS-PP)** – Disse que também concordam com o minuto de silêncio proposto.-----

-----**ROGÉRIO PAULO ESTEVES MARTINS (B.E.)** – Subscreve a decisão do voto de silêncio.-----

-----**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** pôs à votação guardar o minuto de silêncio em homenagem ao escritor José Saramago, tendo sido aprovado por maioria com 66 votos a favor e 1 abstenção.-----

-----Seguiu-se um minuto de silêncio.-----



-----Continuando no uso da palavra a **Deputada Municipal, Sr.ª Idália Mateus**, apresentou a moção que se transcreve: “ *A crise que se vive em Portugal, na Europa e no Mundo, é o resultado da crescente financeirização da economia, da protecção da especulação que afecta as economias mais vulneráveis, procurando impor-lhes, com o apoio dos respectivos Governos, inaceitáveis condições de regressão social, de declínio económico e de perda da soberania, visando garantir uma cada vez maior concentração da riqueza. Com as medidas anunciadas pelo Governo para combater a crise desresponsabiliza-se o Estado das suas funções sociais e desmantelam-se as redes de serviços que as concretizam, oferecendo novas oportunidades de negócios aos grandes grupos económicos, reduzindo o serviço público, subordinando e limitando a autonomia das autarquias. As soluções encontradas pelo Governo para sair da crise pretendem intensificar. – o encerramento de centros de saúde, urgências e hospitais concelhios. O encerramento de escolas, como agora as 900 anunciadas a somar às 2 500 já encerradas, sempre em nome de uma suposta eficácia, eficiência e qualidade. Ao mesmo tempo que abrem negócios alternativos ou complementares numa lógica de “fecha público, abre privado”. – Força-se a entrada de capitais e a gestão privada de águas, esgotos e lixos, e disparam preços e degrada-se o serviço. No seguimento das medidas contidas no Orçamento de Estado para 2010 e no PEC 2010/2013, aprovados pelo Governo com o apoio dos partidos à direita, aprovam-se medidas ainda mais gravosas. São medidas que penalizam os mesmos de sempre: - O imposto adicional sobre o IRS é um verdadeiro roubo aos salários dos trabalhadores e às reformas, agravado com o aumento do custo de vida na sequência do aumento das taxas de IVA; - O ataque ao subsídio de desemprego desprotege ainda mais os desempregados e pressiona a baixa geral dos salários; - A diminuição das comparticipações dos medicamentos que afecta particularmente os reformados com baixas reformas; - O corte no investimento público irá penalizar o desenvolvimento nacional, agravando ainda mais o desemprego e a recessão económica; - O ataque ao consumo interno penalizará ainda mais as micro, pequenas e médias empresas; - Com as privatizações anunciadas alienam-se serviços públicos e sectores fundamentais da nossa economia. Considerando que: 1- Com as medidas agora propostas, o Estado aumenta a sua receita e reduz a sua despesa, enquanto que a Administração Local vê, diminuir as suas duas principais fontes de receita e aumentando os seus pagamentos ao estado – não havendo assim proporcionalidade nem solidariedade recíproca; 2- Os cortes das receitas municipais (que pesam uns ridículos 1,6% no OE) e o acréscimo de despesa das autarquias a benefício do Estado Central são o caminho que vem sendo seguido para a total asfixia das economias locais, particularmente nas regiões do país com maiores carências, como é a nossa; 3- A descapitalização acelerada dos Municípios e freguesias terá reflexos fatais, a médio e longo prazo, na capacidade de conservação e manutenção das infra-estruturas e equipamentos públicos essenciais; 4- O Poder Local está, acima de tudo, solidário com as populações em mais este momento difícil em que estão anunciados mais cortes nos orçamentos familiares, porque delas emerge directamente e lhe cabe representá-las e defender os seus interesses. Assim, a Assembleia Municipal de Macedo de cavaleiros, reunida em 28 de Junho de 2010, decide: - Manifestar o mais vivo repúdio por*

*estas medidas que impedem as autarquias de levar por diante uma política de defesa dos interesses das populações que representam; - Desenvolver uma linha de informação e esclarecimento às populações, das consequências destas medidas e seus responsáveis; - Manifestar a solidariedade com os trabalhadores e populações atingidos nos seus direitos, no emprego, nos salários, nos serviços públicos e direitos sociais.”-----*

-----**MARIA ISABEL MORENO XAVIER ESCUDEIRO (PSD)** – “Gostava de começar a minha intervenção nesta Assembleia Municipal, dizendo: Estamos no Ano Internacional da Biodiversidade, anunciou na UNESCO, a Secretária de Estado para a Ecologia, Cantal Jouanno. Se a biodiversidade constitui a teia da vida da qual somos parte integrante e da qual dependemos, porque verificamos que ainda existe a contaminação de cursos de água, a poluição atmosférica, a devastação das nossas florestas, as lixeiras, a caça indiscriminada e a redução ou mesmo destruição de alguns habitats florísticos e faunísticos, além de muitas outras formas de agressão ao meio ambiente? Conhecendo a existência destas realidades, é clara a necessidade de mudar o comportamento do homem em relação à natureza, no sentido de promover um modelo de desenvolvimento sustentável, pois este pressupõe uma preocupação não só com o presente, mas com a qualidade de vida das gerações futuras, protegendo recursos vitais, incrementando factores de coesão social e equidade, garantindo um crescimento económico amigo do ambiente e das pessoas e de co-responsabilização e solidariedade entre todos. Temos pois grandes responsabilidades e por isso apostar na educação ambiental como um processo pedagógico participativo permanente que procura incutir no educando uma consciência crítica sobre a problemática ambiental, compreendendo-se como crítica a capacidade de captar a génese e a evolução de problemas ambientais e a busca por melhores soluções ambientais é um caminho que temos de trilhar. Não pretendo fazer uma dissertação sobre o assunto, mas tão só, no âmbito deste contexto endereçar um voto de congratulação aos alunos e docentes do Jardim de Infância de Morais, agraciados com o 1.º prémio no Concurso de Âmbito Nacional “Brigada Verde 2009”, pelo projecto de intervenção local denominado “À descoberta da Minha Aldeia” e referir ainda que no âmbito da Parceria entre a Câmara Municipal e a Fundação para a Educação Ambiental – Associação Bandeira Azul da Europa “ Projecto Eco-Escolas” destinado preferencialmente às escolas do ensino básico, aderiram mais 12 escolas, cujos projectos se encontram actualmente em análise.-----

-----Gostava ainda de referir o galardão Azul da Europa atribuído às nossas praias: - Fraga da Pegada – Desde 2004 que tem sido galardoada com a Bandeira Azul consecutivamente, o que é um caso único entre praias fluviais europeias. É ainda reconhecida como Praia acessível para pessoas com mobilidade reduzida. – Praia da Ribeira – considerada uma das melhores praias fluviais de Portugal. Este Galardão reconhecido como eco-lobel, designadamente pela Comissão Europeia e pelo Programa das Nações Unidas para o Ambiente, é atribuído anualmente às praias e portos de recreio, que cumpram um conjunto de critérios de natureza ambiental, de segurança e conforto dos utentes e de informação e sensibilização ambiental. No seguimento das boas práticas já referidas em matéria de ambiente, o nosso Município recebeu



ainda o Galardão ECO XXI, alcançando o 4.º lugar a nível nacional superando os objectivos propostos. Este programa que surgiu em 2005 é também apoiado pela Associação Bandeira Azul da Europa e premeia as candidaturas que evidenciam boas práticas ambientais, valorizando aspectos considerados fundamentais, à construção de um Desenvolvimento Sustentável. Este galardão vem reconhecer as iniciativas/políticas no concelho, nomeadamente na preservação das florestas, na melhoria da qualidade da água e praias fluviais, na gestão de resíduos e cumprimento da legislação ao nível de ruído em prol do desenvolvimento sustentável. Estamos a traçar um caminho que é longo e todos temos que o percorrer em conjunto: administração, empresas, agricultores, caçadores, pescadores, famílias, pois quem acredita que preservação ambiental e sustentabilidade são “modernidades” e assuntos dos outros, está totalmente enganado. Mas nem sempre todas as políticas públicas nacionais e locais tiveram uma visão económica social e ambiental, pois não levaram em consideração a procura e os contextos sócio-culturais das populações locais na diversidade, bem como papel determinante dessas populações na preservação da biodiversidade. Um dos maiores desafios actuais dos nossos governantes, será conciliar políticas de desenvolvimento económico capazes de gerar riqueza, com a garantia de manutenção dos recursos naturais, sem gerar impactos negativos.-----

-----Para finalizar e fazendo uso do espírito construtivo que é apanágio desta Assembleia e porque sempre entendi que deveria assumir neste órgão autárquico uma postura de participação activa, gostaria ainda de solicitar à Câmara Municipal que introduza algumas alterações à sua página da Internet, no separador “Ambiente”, criando uma secção de “Perguntas e Respostas” de modo a ser possível aos utilizadores terem acesso a mais e melhor informação, com o objectivo de ajudar a criar maior consciência ambiental.”-----

-----**JOAQUIM MANUEL FERREIRA SEABRA (PS)** – Na sequência da intervenção da Deputada Municipal, D.ª Idália Mateus, no que diz respeito a Saramago, disse que subscreve inteiramente as suas palavras, deixando também um voto de pesar pela morte desse vulto insubstituível na literatura portuguesa.-----

-----Há dias numa troca informal de impressões com uns amigo, estes disseram-lhe que numa das suas intervenções na Assembleia Municipal, tinha dito objectivamente o que queria, o que pretendia e para quê, mas que não teria sido suficientemente explicito, pois não terá apresentado bem as ideias, nem explanado os projectos.-----

-----Fazendo meia culpa e aceitando que tinham alguma razão no que lhe diziam, passou então a informar que a Junta de Freguesia de Macedo de Cavaleiros tem dois projectos que pretende implementar. O primeiro direccionado para os mais idosos, tem em vista uma ocupação que os possa entreter e evitar a solidão, tirando-os de suas casas, dos lares e dos bancos do jardim e levá-los para um espaço onde possam estar ocupados de forma salutar e onde possam desenvolver actividades de forma a sentirem-se vivos. Foi para poder realizar este projecto direccionado para os mais idosos, que a Junta de Freguesia de Macedo de Cavaleiros solicitou a cedência de uma escola que vai ficar devoluta. O segundo projecto é para as crianças, ou seja, a ideia é implementar uma Ludoteca Nocturna, criando um espaço

seguro, onde os jovens casais podem deixar os seus filhos à guarda de profissionais competentes e qualificados, nomeadamente Educadores de Infância, Enfermeiros e Auxiliares Acção Educativa. Desta forma pretende também trazer mais gente para esta terra pois este projecto envolve vários profissionais e parcerias. Contribuirá também para dar oportunidade, a jovens casais especialmente àqueles que não a tiveram de concluir a sua formação académica, deixando os filhos entregues a pessoas competentes, qualificadas e responsáveis num espaço seguro e de confiança. Termina deixando o repto à Câmara Municipal e a todas as Entidades Locais que queiram de facto colaborar e cooperar, para poderem levar por diante estes projectos.-----

-----**PAULO DUARTE DA SILVA DIAS (PSD)** – Começou a sua intervenção partilhando com todos os presentes o imenso orgulho e prazer que sente e vive em estar nesta Assembleia Municipal. Nestas sessões tem de certa forma ganho uma riqueza do ponto de vista cívico e pessoal incomparavelmente bela. Pensa que é urgente chamarem cada vez mais os jovens para este espaço, porque de facto todos estão com o mesmo objectivo, o desenvolvimento do nosso concelho-----

-----Seguidamente apresentou a moção que a seguir se transcreve: “ O encerramento dos serviços públicos tem vindo a ser uma constante na nossa região. A retirada do estado face às suas tradicionais obrigações e a privatização de serviços com base em argumentos de eficácia e eficiência têm vindo a empobrecer as vilas e cidades transmontanas. Os postos de trabalho perdem-se em nome de uma racionalidade onde nem sempre se percebe se há uma clara noção da distinção entre despesa e investimento. Investir nas pessoas nunca é uma despesa. Com a constituição do Agrupamento de Centros de Saúde do Nordeste (ACES) assistimos a uma série de acontecimentos e consequências preocupantes no que respeita à saúde pública das populações do distrito de Bragança: 1. Extinguiu-se a Delegação Distrital de Saúde Pública, dirigida por um Delegado Distrital de Saúde Pública. 2- Os poderes desta Delegação foram avocados por um Departamento Regional de Saúde Pública a funcionar junto da Administração Regional de Saúde, no Porto, o que constituiu uma retirada de serviços e de funções distritais. 3- Os médicos que actuavam na área da saúde pública, no distrito de Bragança, eram, até à constituição do ACES, quatro médicos especialistas em saúde pública acompanhados de mais 22 médicos de saúde geral e familiar que se ocupavam de questões relativas à saúde pública em todos os concelhos do distrito de Bragança. 4. Desses 26 médicos, restam três médicos especialistas em saúde pública (em Bragança, Macedo de Cavaleiros e Mirandela) coadjuvados por apenas dois médicos de saúde geral e familiar, num total de 5 médicos. 5- Para além destas perdas muito consideráveis numa área particularmente sensível para as populações, correm informações com razoáveis margens de certeza de que o laboratório distrital de saúde pública, localizado em Bragança, onde trabalham 13 profissionais, vai também encerrar portas, sendo deslocadas as suas funções para fora do distrito, não se sabe em que condições. Esta será mais uma decisão altamente perigosa e funesta para a vida destas populações. Lembre-se, antes de mais, que no laboratório distrital de saúde pública se procede a análises da água tanto de consumo público, como de recreio (piscinas, praias





fluviais), as análises de produtos alimentares disponíveis em mercados, cafés e restaurantes, para além de diversos outros trabalhos menos sistemáticos, mas igualmente relevantes. Lembre-se que o laboratório está muito bem equipado, os profissionais são muito competentes e as respostas tanto às entidades públicas como privadas, primam pela eficácia. Lembre-se igualmente a importância de ter, em matéria desta natureza, um serviço público de proximidade que responda prontamente às necessidades das populações servidas pelo ACES Nordeste que, como se sabe, agrega também o concelho de Vila Nova de Foz Côa. Por todas estas razões e pela relevância da questão em causa, a Assembleia Municipal de Macedo de Cavaleiros vem apresentar a sua preocupação face à possibilidade que atrás se refere, solicitando por isso, à tutela, o esclarecimento da situação.”-----

-----**MANUEL ANTÓNIO DE SÁ MICO (PSD)** – As crianças do 1.º Ciclo de Vilarinho de Agrochão frequentam a Escola de Torre de D. Chama e correm rumores que a Escola vai fechar, tendo já algumas pessoas da aldeia recebido cartas do Agrupamento de Carvalhais a exigir o pagamento de 1,40€ a partir do próximo ano. Porque subsistem dúvidas, pergunta ao Sr. Presidente da Câmara, se tem conhecimento para onde se deslocarão as crianças se para Macedo ou Carvalhais?-----

-----**JOSÉ ANTÓNIO GÉNIO (PSD)** – Apresentou a moção que a seguir se transcreve: “ A Caixa de Crédito Agrícola de Chacim é uma instituição bancária criada em 1913. Tem vindo a público notícias de que poderão os seus responsáveis proceder ao seu encerramento. A concretizar-se tal intenção, seria o fecho de um serviço quase centenário e uma machadada no apoio não só aos habitantes desta freguesia como de uma vasta área que abrange, designadamente Chacim, Olmos, Malta, Lombo, Peredo, Morais, Sobreda, Paradinha e Balsamão, num total de Mais de 700 titulares de conta.-----

-----A Assembleia Municipal de Macedo de Cavaleiros, reunida em sessão ordinária no dia 28 de Junho de 2010, aprova esta Moção, no sentido de solicitar à Administração da Caixa Agrícola da Região de Bragança a manutenção deste serviço tão útil às populações que serve.”-----

-----**VITOR HUGO BATISTA MATOS (PS)** – Relativamente ao Instituto Jean Piaget, mais precisamente ao Campus Académico de Macedo de Cavaleiros, muitos se devem recordar da dinâmica vida e cultura que este Instituto trouxe a Macedo. Outros também se devem lembrar de pouco respeitarem esta Instituição, por ser privada. Para o próximo ano lectivo o Instituto Piaget conta com cerca de 200 alunos, sendo uma grande parte oriundos da Região logo muitos deles deslocar-se-ão para as suas casas, no final do dia de aulas. Sendo este o futuro que nos espera, será que ainda ninguém reparou na gravidade da situação? Perante este panorama que já se arrasta há mais de três anos e que para além, da Unidade de Cuidados Continuados que tinha data prevista para iniciar em Abril de 2010, o que afinal não aconteceu, será que ninguém consegue qualquer outra alternativa?-----

-----**MANUEL ANTÓNIO MACHADO CARVALHO (PS)** – Perguntou ao Sr. Presidente da Câmara qual a razão da poda, naqueles moldes, levada a efeito nas árvores junto ao Centro de Saúde e em Chacim? Essa forma está em desuso em pleno Séc. XXI.-----

-----Outra questão prende-se com a mesma área, mais concretamente o facto de lhe ter chegado ao conhecimento que em mais de oito anos que este Executivo se encontra em funções, as equipas de jardinagem usufruírem de um horário diferenciado no Verão, fazendo-o contínuo. Soube que esse horário no corrente ano não foi permitido, pretendendo saber quem não permitiu essa alteração e o porquê?-----

-----**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, deu a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal**, para responder às questões que lhe foram colocadas. Relativamente ao assunto sobre as linhas de alta tensão o que veio na comunicação social gera alguma confusão sobre este processo que importa esclarecer. Há um pedido da REN, detentora desta rede de transporte de energia, para a colocação de uma linha que vem da nova subestação de Macedo, perto dos Olmos e que vai passar a Sul de Macedo para Valpaços. Reforço muito importante da rede eléctrica nesta região. Em primeiro lugar é preciso saber que estão a falar numa rede, que para ser executada precisa de parecer da Câmara, mas este não é vinculativo, ou seja as Câmaras não são detentoras desse poder. A Câmara Municipal, num primeiro contacto no âmbito da avaliação ambiental destas linhas, propôs algumas condições e alterações ao corredor que era apresentado, nomeadamente na zona da Terronha por razões arqueológicas; perto da zona industrial por uma questão de expansão e perto da cidade na zona abaixo do actual heliporto, pois também entendiam que devia passar mais a Sul. Mais tarde a equipa apresentou uma proposta, desviando-as da Terronha, mas no restante traçado não foram significativas as outras alterações. Assim, era necessário a emissão de parecer por parte da Câmara Municipal e foi o assunto presente em reunião de Câmara. Tendo-se pronunciado por unanimidade contra este traçado, dando parecer desfavorável. Foi estranha a forma como depois o trataram, deixando passar a ideia que havia alguma questão polémica. Não há, o que pretendem é que o traçado se desloque um pouco mais para Sul, encontrar um corredor e compatibilizá-lo. Resumindo a posição da Câmara é encontrarem consenso para uma melhor solução. Na discussão foram misturadas as linhas e Centrais da EDP, que são assuntos diferentes. Da parte da Câmara pode até dizer que é um objectivo eleitoral a desactivação da central da EDP de Macedo, as linhas e a subterraneização das linhas dentro da cidade, é outra frente que têm em aberto, embora não se encontrando neste momento em cima da mesa.-----

-----Quanto à intervenção do Deputado Municipal, Sr. Armando Mendes disse que não concorda com a apreciação que fez, relativamente à agenda que é proposta e feita nos termos da legislação das Autarquias Locais.-----

-----Da Moção apresentada relativamente ao posto dos CTT, concorda plenamente bem como das restantes apresentadas das quais tomou devida nota.-----

-----Sobre a intervenção da Deputada Municipal, Sr.ª Isabel Escudeiro, disse que relativamente à sugestão que fez e da qual tomou devida nota, informou que a mesma vai ser acolhida.-----

-----Quanto à intervenção do Sr. Joaquim Seabra, Presidente da Junta de Freguesia de Macedo de Cavaleiros, solicitou que lhe entregassem o dossiê relativo aos equipamentos que



propõe, nomeadamente o serviço de apoio a idosos, a fim de o mesmo ser apreciado pelos Técnicos de Acção Social da Câmara. Será submetido à apreciação do Conselho Local de Acção Social e discutido pelos Serviços Locais da Segurança Social e Distritais da Segurança Social. Quanto à Ludoteca Nocturna, informou que a mesma já existiu com outro nome e fechou por falta de utentes, mas podem obviamente equacionar a sua reabertura com o apoio da Junta de Freguesia.-----

-----Ao Sr. Manuel Mico, Presidente da Junta de Freguesia de V.º de Agrochão, disse que é uma surpresa total o possível encerramento da Escola, uma vez que a mesma tem um número significativo de alunos.-----

-----Da intervenção do Deputado Municipal, Sr. Vítor Matos, disse que pensa não ser verdade ter havido cursos que não foram aprovados por falta de pessoal docente. Do contacto de perto com o Instituto Piaget e seus responsáveis e nomeadamente nos cursos e pós-graduações que estão em apreciação, sabe que alguns vieram aprovados muito recentemente. Quanto ao atraso na construção da Unidade que se prevê para o Campus a que se referiu, pede-lhe e agradece que se tiver alguma influência política na área do Governo, a exerça, porque a Câmara ainda não conseguiu desbloquear os impedimentos por parte da Administração Central.-----

-----Da intervenção do Deputado Municipal, Sr. Manuel Carvalho, disse que de poda não tem nenhum conhecimento, mas pode garantir-lhe que todas as que foram feitas foram sob orientação técnica. Quanto aos horários dos funcionários, informou que no ano passado não houve jornada contínua de trabalho porque o encarregado responsável pelos Parques e Jardins, na altura o Sr. Luís Pires, deu parecer desfavorável com anuência de Chefes de Divisão e Técnicos. No corrente ano não tem conhecimento de nenhum pedido para horário contínuo.-----

-----Abertas as inscrições para discussão das moções, usaram da palavra:-----

-----**ARMANDO AUGUSTO MENDES (PS)** – Pede para ser esclarecido sobre o objectivo da proposta apresentada pelo Deputado Municipal, Sr. Paulo Dias, pois pelo que percebeu no final da proposta, pede um pedido de esclarecimento à tutela.-----

-----**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** referiu que esta proposta engloba vários assuntos, entre os quais e desde logo analisar e detalhar a situação que está a acontecer na questão da saúde pública, com a hipótese de que os serviços do laboratório distrital de saúde pública, sejam encerrados e pedir à Sr.ª Ministra da Saúde informação, se é ou não verdade o que está a acontecer.-----

-----**JOSÉ ANTÓNIO DA SILVA MADALENA (PSD)** – Relativamente às Moções apresentadas pelo Bloco de Esquerda e pela CDU, embora não concordando com alguns pressupostos enunciados por detrás da moção, são contra o encerramento de serviços públicos ditos essenciais no Distrito de Bragança. Sendo também contra a retirada e diminuição de verbas atribuídas às Autarquias, no momento em que estas são chamadas cada vez mais a suportar custos, nomeadamente na Área Social. É incompreensível tirar verbas, quando se aumentam as competências.-----

-----Quanto à questão dos CTT, esperam que esse serviço continue a ser universal e a ser prestado com qualidade às populações. Já quanto à questão do privado ou não privado não têm antagonismos de princípios relativamente a isso. Importa que o serviço seja prestado com qualidade e seja garantido às nossas populações.-----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

-----**PONTO 2.1 – APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ACTIVIDADE MUNICIPAL, ELABORADA NOS TERMOS DA ALÍNEA e), N.º 1 DO ARTIGO 53.º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, ALTERADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO**-----

-----Abertas as inscrições, usaram da palavra:-----

-----**ARMANDO AUGUSTO MENDES (PS)** – Referiu-se apenas ao atraso da chegada desta informação aos Deputados Municipais. Supostamente a regra é o cumprimento dos prazos do Regimento. É necessário terem as informações com antecedência para poderem trabalhar sobre elas. Se a regra é o cumprimento do prazo, naturalmente a excepção é o não cumprimento do mesmo. O que parece que está a acontecer nos últimos tempos é que a regra se transformou em excepção, ou a excepção se transformou em regra. Assim foi na última sessão, aquando da discussão das novas tabelas das taxas, em que todos foram confrontados com o documento só no próprio dia e, que por sinal até era muito extenso. Logo não lhes foi possível fazer uma análise e um trabalho sério, para o poderem eventualmente questionar. Hoje a propósito da informação escrita do Sr. Presidente aconteceu uma coisa semelhante, só lhes foi entregue agora o documento que já deviam ter sido recebido uns dias antes. Apela, para que lhes entreguem os documentos dentro de um prazo razoável, ou seja, dentro do prazo prescrito e previsto no Regimento.-----

-----**O Sr. Presidente da Câmara Municipal** pediu desculpa por esta situação anómala e excepcional, lamentando assim a afirmação feita pelo Sr. Deputado, porque não corresponde à verdade. Neste mandato é a primeira vez que acontece e no mandato anterior não se lembra de alguma vez ter acontecido. São situações excepcionais, pelas quais pede desculpa à Assembleia Municipal.-----

-----**PONTO 2.2 – 6.ª MODIFICAÇÃO AO ORÇAMENTO E OPÇÕES DO PLANO – 2.ª REVISÃO – APROVAÇÃO NOS TERMOS DA ALÍNEA b) DO N.º 2, ART.º 53.º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, ALTERADA E REPUBLICADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO**-----

-----O Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou à apreciação do plenário a proposta da Câmara Municipal objecto de sua deliberação de 2010.06.14, que se transcreve: “ 6.ª MODIFICAÇÃO AO ORÇAMENTO E OPÇÕES DO PLANO-----

Sobre o assunto presente a informação n.º 17, de 2010.06.04, da Divisão Financeira, que se transcreve: “A 6.ª Modificação ao Orçamento e Opções do Plano, constituída pela 1.ª Revisão ao Orçamento da Receita, 2.ª Revisão ao Orçamento da Despesa e pela 2.ª Revisão às Opções do Plano, com os seguintes valores: 1.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA: INSCRIÇÕES / REFORÇOS: no valor de seiscentos e um mil cento e catorze euros e onze



cêntimos; DIMINUIÇÕES/ANULAÇÕES: no valor de doze mil e onze euros. 2.<sup>a</sup> REVISÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA: INSCRIÇÕES/REFORÇOS: no valor de quinhentos e oitenta e nove mil cento e três euros e onze cêntimos. 2.<sup>a</sup> REVISÃO ÀS OPÇÕES DO PLANO: INSCRIÇÕES/REFORÇOS: no valor de quatrocentos e dezasseis mil e oitenta e seis euros e oitenta e seis cêntimos. Ano de 2011: Inscrições/Reforços no valor de cento e trinta mil euros”.-

-----Sobre o assunto o Sr. Director do Departamento de Administração Geral, proferiu o seguinte parecer, que se transcreve: *“Concordo com esta Modificação ao Orçamento e Opções do Plano de 2010 conforme proposto. Nos termos do quadro legal estabelecido para a sua aprovação, dado que esta Modificação comporta a Revisão ao Orçamento e Opções do Plano, deve esta proposta depois de aprovada pela Câmara Municipal ser submetida a apreciação e aprovação da Assembleia Municipal”*.-----

-----DELIBERAÇÃO: Apreciado o assunto a Câmara Municipal por maioria de três votos a favor do Sr. Vice-Presidente e dos Srs. Vereadores, Sílvia Garcia e Carlos Barroso, deliberou aprovar a 6.<sup>a</sup> Modificação ao Orçamento e Opções do Plano. Os Srs. Vereadores Rui Vaz, Gilberto Galhardo e Maria Adelaide declararam que se abstinham por uma questão de coerência, uma vez que votaram contra a aprovação das Opções do Plano e Orçamento/2010.-

-----Mais foi deliberado, nos termos do disposto da alínea c) do n.º 2 do artigo 64.º conjugado com o previsto na alínea b) do n.º 2 do artigo 53.º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal deliberou submeter à aprovação da Assembleia Municipal a 6.<sup>a</sup> Modificação ao Orçamento e Opções do Plano.””-----

-----**Abertas as inscrições, ninguém pretendeu usar da palavra sobre este assunto.**-----

-----**DELIBERAÇÃO: Apreciado o assunto a Assembleia Municipal por maioria com 46 votos a favor, e 18 abstenções deliberou aprovar a 6.<sup>a</sup> Modificação ao Orçamento e Opções do Plano.**-----

-----Seguidamente procedeu-se à votação das moções, propostas e voto de congratulação.-

-----**Voto de Congratulação** que novamente se transcreve:-----

-----*“Como é do conhecimento público, o Clube Atlético de Macedo de Cavaleiros, sagrou-se Campeão Nacional, da Série A, da 3.<sup>a</sup> Divisão, na época desportiva de 2009/2010. Desde a sua fundação em 1954 é a primeira vez que o Clube atinge este patamar através de uma época desportiva que liderou quase do princípio. A importância que o futebol tem na sociedade portuguesa leva-nos a concluir que estamos perante um feito que merece ser destacado. Convictos da disponibilidade temporal dos seus abnegados dirigentes parece-nos justo, também, realçar todo o investimento que a Autarquia tem aplicado no Estádio Municipal dotando-o de condições ímpares na região, bem como o apoio financeiro atribuído. A Assembleia Municipal de Macedo de Cavaleiros, reunida em Sessão ordinária no dia 28 de Junho de 2010, aprova um Voto de Congratulação a apresentar ao Clube Atlético de Macedo de Cavaleiros, aos seus Corpos Sociais e fundamentalmente ao seu Treinador, nosso conterrâneo, e a todos os Jogadores que integraram o Plantel, pelo reconhecimento público e nacional do seu mérito desportivo.”*-----

-----**Posto à votação foi aprovado por unanimidade.**-----

-----**Moção apresentada pela CDU** que, novamente se transcreve:-----

----- *A crise que se vive em Portugal, na Europa e no Mundo, é o resultado da crescente financeirização da economia, da protecção da especulação que afecta as economias mais vulneráveis, procurando impor-lhes, com o apoio dos respectivos Governos, inaceitáveis condições de regressão social, de declínio económico e de perda da soberania, visando garantir uma cada vez maior concentração da riqueza. Com as medidas anunciadas pelo Governo para combater a crise desresponsabiliza-se o Estado das suas funções sociais e desmantelam-se as redes de serviços que as concretizam, oferecendo novas oportunidades de negócios aos grandes grupos económicos, reduzindo o serviço público, subordinando e limitando a autonomia das autarquias. As soluções encontradas pelo Governo para sair da crise pretendem intensificar. – o encerramento de centros de saúde, urgências e hospitais concelhios. O encerramento de escolas, como agora as 900 anunciadas a somar às 2 500 já encerradas, sempre em nome de uma suposta eficácia, eficiência e qualidade. Ao mesmo tempo que abrem negócios alternativos ou complementares numa lógica de “fecha público, abre privado”. – Força-se a entrada de capitais e a gestão privada de águas, esgotos e lixos, e disparam preços e degrada-se o serviço. No seguimento das medidas contidas no Orçamento de Estado para 2010 e no PEC 2010/2013, aprovados pelo Governo com o apoio dos partidos à direita, aprovam-se medidas ainda mais gravosas. São medidas que penalizam os mesmos de sempre: - O imposto adicional sobre o IRS é um verdadeiro roubo aos salários dos trabalhadores e às reformas, agravado com o aumento do custo de vida na sequência do aumento das taxas de IVA; - O ataque ao subsídio de desemprego desprotege ainda mais os desempregados e pressiona a baixa geral dos salários; - A diminuição das participações dos medicamentos que afecta particularmente os reformados com baixas reformas; - O corte no investimento público irá penalizar o desenvolvimento nacional, agravando ainda mais o desemprego e a recessão económica; - O ataque ao consumo interno penalizará ainda mais as micro, pequenas e médias empresas; - Com as privatizações anunciadas alienam-se serviços públicos e sectores fundamentais da nossa economia. Considerando que: 1- Com as medidas agora propostas, o Estado aumenta a sua receita e reduz a sua despesa, enquanto que a Administração Local vê, diminuírem as suas duas principais fontes de receita e aumentando os seus pagamentos ao estado – não havendo assim proporcionalidade nem solidariedade recíproca; 2- Os cortes das receitas municipais (que pesam uns ridículos 1,6% no OE) e o acréscimo de despesa das autarquias a benefício do Estado Central são o caminho que vem sendo seguido para a total asfixia das economias locais, particularmente nas regiões do país com maiores carências, como é a nossa; 3- A descapitalização acelerada dos Municípios e freguesias terá reflexos fatais, a médio e longo prazo, na capacidade de conservação e manutenção das infra-estruturas e equipamentos públicos essenciais; 4- O Poder Local está, acima de tudo, solidário com as populações em mais este momento difícil em que estão anunciados mais cortes nos orçamentos familiares, porque delas emerge directamente e lhe cabe representá-las e defender os seus interesses. Assim, a Assembleia Municipal de Macedo*



de cavaleiros, reunida em 28 de Junho de 2010, decide: - Manifestar o mais vivo repúdio por estas medidas que impedem as autarquias de levar por diante uma política de defesa dos interesses das populações que representam; - Desenvolver uma linha de informação e esclarecimento às populações, das consequências destas medidas e seus responsáveis; - Manifestar a solidariedade com os trabalhadores e populações atingidos nos seus direitos, no emprego, nos salários, nos serviços públicos e direitos sociais.”-----

-----**Posta à votação foi aprovada por maioria com 47 votos a favor, 1 voto contra e 16 abstenções.**-----

-----**Moção da Caixa de Crédito Agrícola de Chacim**, que novamente se transcreve:-----

----- A Caixa de Crédito Agrícola de Chacim é uma instituição bancária criada em 1913. Tem vindo a público notícias de que poderão os seus responsáveis proceder ao seu encerramento. A concretizar-se tal intenção, seria o fecho de um serviço quase centenário e uma machadada no apoio não só aos habitantes desta freguesia como de uma vasta área que abrange, designadamente Chacim, Olmos, Malta, Lombo, Peredo, Morais, Sobreda, Paradinha e Balsamão, num total de Mais de 700 titulares de conta.-----

-----A Assembleia Municipal de Macedo de Cavaleiros, reunida em sessão ordinária no dia 28 de Junho de 2010, aprova esta Moção, no sentido de solicitar à Administração da Caixa Agrícola da Região de Bragança a manutenção deste serviço tão útil às populações que serve.”-----

-----**Posta à votação foi aprovado por unanimidade.**-----

-----**Moção apresentada em Defesa do Serviço Público dos Correios**, que novamente se

transcreve: “*Em defesa do serviço público de correios: Considerando que: - O mal chamado PEC (Plano de Estabilidade e Crescimento) apresentado pelo Governo Português em Bruxelas contempla a privatização de diversos sectores e empresas públicas, entre as quais os CTT que em 2009 renderam ao Estado cerca de 46,5 milhões de euros em dividendos, segundo dados da revista “Visão” de 31/03; - O sector dos correios sempre foi público mesmo nos regimes mais conservadores, pois essa é a única forma de garantir homogeneidade das comunicações postais no conjunto do território nacional e a igualdade de acesso às mesmas em regiões afastadas dos grandes centros, como é o caso de Trás-os-Montes; - A submissão estratégica dum sector vital para o desenvolvimento regional equilibrado e sustentável a objectivos de lucro rápido e imediato traduzir-se-á inevitavelmente pelo fecho de estações de correio, agravando uma tendência que já se vinha a verificar nos últimos anos; - O encerramento da estação de correio, a juntar à da escola, do posto médico, etc., pode significar o golpe final da desertificação de muitas aldeias de Trás-os-Montes e provocaria, de imediato, graves danos à população já que, por exemplo, a larga maioria da população idosa recebe as magras reformas pelo correio e usa os CTT como o seu único banco. A Assembleia Municipal de Macedo de Cavaleiros, reunida em sessão ordinária a 28 de Junho de 2010: 1- Manifesta a oposição frontal às medidas gravosas constantes do PEC, em especial à ameaça de privatização dos CTT. 2- Como Órgão Deliberativo do Município, decide propor aos trabalhadores dos CTT e aos seus órgãos representativos a realização de uma campanha de esclarecimento da*

*população sobre os perigos da privatização dos correios. 3- Caso seja aprovada, esta Moção deve ser enviada à Presidência da República, Ministérios da Economia, do Trabalho e da Solidariedade Social, Governo Civil de Bragança, Presidente da Assembleia da República e Grupos Parlamentares, Sindicato dos Trabalhadores dos CTT, Administração dos CTT, Comunicação Social Nacional e Regional.*-----

-----**Posta à votação foi aprovada por maioria com 14 votos a favor, 1 voto contra e 39 abstenções.**-----

-----**Moção sobre os serviços de saúde pública**, que novamente se transcreve:-----

-----“ O encerramento dos serviços públicos tem vindo a ser uma constante na nossa região. A retirada do estado face às suas tradicionais obrigações e a privatização de serviços com base em argumentos de eficácia e eficiência têm vindo a empobrecer as vilas e cidades transmontanas. Os postos de trabalho perdem-se em nome de uma racionalidade onde nem sempre se percebe se há uma clara noção da distinção entre despesa e investimento. Investir nas pessoas nunca é uma despesa. Com a constituição do Agrupamento de Centros de Saúde do Nordeste (ACES) assistimos a uma série de acontecimentos e consequências preocupantes no que respeita à saúde pública das populações do distrito de Bragança: 1. Extinguiu-se a Delegação Distrital de saúde Pública, dirigida por um Delegado Distrital de Saúde Pública. 2- Os poderes desta delegação foram avocados por um Departamento Regional de Saúde Pública a funcionar junto da Administração Regional de Saúde, no Porto, o que constituiu uma retirada de serviços e de funções distritais. 3- Os médicos que actuavam na área da saúde pública, no distrito de Bragança, eram, até à constituição do ACES, quatro médicos especialistas em saúde pública acompanhados de mais 22 médicos de saúde geral e familiar que se ocupavam de questões relativas à saúde pública em todos os concelhos do distrito de Bragança. 4. Desses 25 médicos, restam três médicos especialistas em saúde pública (em Bragança, Macedo de Cavaleiros e Mirandela) coadjuvados por apenas dois médicos de saúde geral e familiar, num total de 5 médicos. 5- Para além destas perdas muito consideráveis numa área particularmente sensível para as populações, correm informações com razoáveis margens de certeza de que o laboratório distrital de saúde pública, localizado em Bragança, onde trabalham 13 profissionais, vai também encerrar portas, sendo deslocadas as suas funções para fora do distrito, não se sabe em que condições. Esta será mais uma decisão altamente perigosa e funesta para a vida destas populações. Lembre-se, antes de mais, que no laboratório distrital de saúde pública se procede a análises da água tanto de consumo público, como de recreio (piscinas, praias fluviais), as análises de produtos alimentares disponíveis em mercados, cafés e restaurantes, para além de diversos outros trabalhos menos sistemáticos, mas igualmente relevantes. Lembre-se que o laboratório está muito bem equipado, os profissionais são muito competentes e as respostas tanto às entidades públicas como privadas, primam pela eficácia. Lembre-se igualmente a importância de ter, em matéria desta natureza, um serviço público de proximidade que responda prontamente às necessidades das populações servidas pelo ACES Nordeste que, como se sabe, agrega também o concelho de Vila Nova de Foz Côa. Por todas estas razões e pela relevância da questão em causa, a





Assembleia Municipal de Macedo de Cavaleiros vem apresentar a sua preocupação face à possibilidade que atrás se refere, solicitando por isso, à tutela, o esclarecimento da situação.”---

-----**Posta à votação foi aprovada por unanimidade.** -----

-----Sobre a votação das moções foi apresentada uma declaração de voto.-----

-----**FERNANDO HUMBERTO GOMES (PS)** – “Porque entendo que as matérias em causa são da exclusiva competência de discussão da Assembleia da República e nada introduzem, nem introduzirão nunca o exercício do Poder Local, por esse facto votei contra.”-----

-----Finalmente foi posto à votação para aprovação em minuta, os pontos constantes desta ordem do dia, tendo sido aprovado por unanimidade.-----

-----**Conforme estipula o n.º 1 do artigo 84º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, neste momento o Exmº Sr. Presidente da Assembleia, perguntou se havia alguém no público que quisesse neste momento intervir.**-----

-----**Não houve público que quisesse intervir.**-----

-----**Eram onze horas e não havendo mais nada a tratar, foi pelo Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarada encerrada a reunião, e do que nela se passou, se lavrou a presente acta, que vai ser assinada pelos Ex.mos. Presidente, 1º e 2º Secretários.**-----

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_